



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À GESTÃO DO BES E DO GRUPO ESPÍRITO SANTO, AO PROCESSO QUE CONDUZIU À APLICAÇÃO DA MEDIDA DE RESOLUÇÃO E ÀS SUAS CONSEQUÊNCIAS, NOMEADAMENTE QUANTO AOS DESENVOLVIMENTOS E OPÇÕES RELATIVOS AO GES E AO NOVO BANCO

Exmo. Senhor  
Governador do Banco de Portugal  
Dr. Carlos Costa  
R. do Comércio, 148  
1100-150 Lisboa

N/Ref. Ofício nº 58 /CPIBES

*J. Carmo do Banco de Portugal*

Nos termos do artigo 13º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei nº 5/93, de 1 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis nºs 126/97, de 10 de Dezembro e 15/2007, de 3 de Abril, a Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativos ao GES e ao Novo Banco, constituída por Resolução da Assembleia da República nº 83/2014, publicada no Diário da República I Série, nº 189, de 1 de outubro, vem solicitar a V. Exa. se digne determinar o envio de cópias da seguinte documentação:

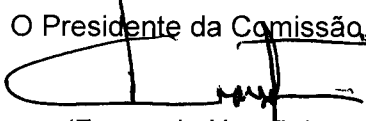
- 1- Declarações de regularização tributária entregues por acionistas e administradores de entidades do Grupo Espírito Santo, nomeadamente por Ricardo Salgado e Amílcar Morais Pires, no âmbito dos RERT I, II e III;
- 2- Carta do Banco de Portugal de 23 de julho de 2014 a exigir a provisão de 2.000 milhões de euros;
- 3- Carta do Banco de Portugal de 23 de julho de 2014 a alterar a supervisão da Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG).

Permito-me lembrar V.Exa. que o nº 5 do citado artigo estabelece o seguinte:

*“A prestação das informações e dos documentos referidos no nº 3 tem prioridade sobre quaisquer outros serviços e deve ser satisfeita no prazo de 10 dias, sob pena do seu autor incorrer na prática do crime referido no artigo 19º, salvo justificação ponderosa dos requeridos que aconselhe a comissão a prorrogar aquele prazo ou a cancelar a diligência.”*

Com os meus cumprimentos, *de mais elevada consideração*

Palácio de São Bento, em 12 de novembro de 2014

O Presidente da Comissão,  
  
(Fernando Negrão)